

Entre cor e hierarquia: apontamentos sobre ascensão social de mulatos e a carreira militar no Brasil da primeira metade do século XIX.

Letícia Rosa Marques¹

Resumo: Este estudo tem como objetivo refletir sobre a atuação de mulatos no Rio Grande do Sul do início do século XIX e alguns dos caminhos trilhados por esses indivíduos, dentre eles, a carreira militar. Desta forma, fundamentando-se principalmente na historiografia e em correspondências da época, pretende-se estudar os pequenos, mas existentes espaços de circulação e ascensão social encontrado por mulatos, no qual a cor se apresentaria como um critério importante, mas não decisivo de acesso à elite na primeira metade do Brasil no período Imperial.

Palavras – Chave: Rio Grande do Sul; mulatos; ascensão social; carreira militar.

Abstract: This study aims to reflect on the role of mulattoes in Rio Grande do Sul in the early nineteenth century and some of the paths taken by these individuals, including military careers. Thus, basing mainly on historiography and correspondence of the time, we intend to study the small but existing circulation spaces and social mobility experienced by mulattoes, in which color would act as an important, but not decisive criterion access to the elite in Brazil in the first half of the Imperial period.

Key - Words: Rio Grande do Sul; mulattoes; social mobility; military career.

O presente artigo tem como objetivo fazer uma breve reflexão sobre a atuação e ascensão social de mulatos no Brasil da primeira metade do século XIX. Com a pretensão de analisar alguns dos espaços ocupados por esses indivíduos e os caminhos trilhados pelos mesmos durante o período Imperial, encontramos na carreira militar uma importante e necessária fonte de estudo, por desempenhar além de um influente papel político e social para época, ser também um espaço de inserção e circulação² de “homens de cor”³.

Considerando “cor” como uma construção social, neste texto ao fazermos referência ao termo mulato⁴, estamos incluindo não apenas os indivíduos trazidos no conceito de Raphael Bluteau (1712), que o apresenta em seus verbetes definindo-o como filho de branco com negra ou de negro com branca⁵, mas também aqueles que de uma forma ou outra conseguiram diferentes oportunidades de inserção social e que ao obterem uma pequena ascensão, tinham sua cor diferenciada dos indivíduos tidos como negros. Embora essa classificação não esteja apenas relacionada com esses aspectos, mas também com o olhar de

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, bolsista CNPq. E-mail: leti_rmarques@yahoo.com.br.

² Embora em sua maioria, os soldados ingressos fossem classificados como homens brancos, a Academia Real Militar também possibilitou a presença de negros, mulatos e pardos.

³ O uso os termos “mulatos”, “homens de cor” são compreendidos neste artigo como construções sociais, acreditando que o uso de categorias se apresentaria como um conceito muito rígido e pouco apropriado para pensar nosso objeto de estudo e como estes foram sendo estudados /interpretados ao longo da história.

⁴ Esse conceito será aprofundado ao longo do Doutorado, no projeto “*Para além da cor: mulato, trajetórias e ascensão social no Rio Grande do Sul do século XIX.*”

⁵ Ronaldo Vainfas (2000) em seu dicionário do Brasil Colonial, reafirma o significado proposto por Bluteau, ao destacar que este foi herdado do castelhano e consagrado no português, ainda no século XVI para designar os filhos de brancos e negras, ou vice-versa.” (VAINFAS, 2000, p. 413).

quem observa⁶, uma vez que a cor pode estar nos olhos de quem vê, o mulato faz parte da miscigenação⁷ existente na história do Brasil, onde este foi além de uma importante fonte de mão de obra ao longo dos séculos, trazendo valorosas contribuições na construção de uma identidade⁸ e de um projeto de nação.

Buscando uma reflexão sobre a atuação e as diferentes formas de inclusão desses personagens, torna-se relevante investigarmos os caminhos e possibilidades encontradas por mulatos nesse período, evidenciando como cor e lugar social estiveram intimamente ligados ao longo dos séculos.

Ciente de que este é um assunto cujas reflexões jamais se esgotariam em um artigo, o foco que daremos neste trabalho é propor uma breve análise da sociedade do Brasil do início século XIX e da importância da Academia Militar⁹ como uma instituição que possibilitou a ascensão social de diferentes grupos, incluindo os mulatos. Desta forma, partindo de uma historiografia que se dedicou ao longo dos anos ao estudo das temáticas que iremos abordar neste trabalho, assim como de algumas correspondências e relatórios do período que nos permitem o contato com trajetórias de homens mulatos, estaremos nos propondo a destacar não apenas aspectos de uma instituição ou sociedade imperial, mas também estimular uma reflexão sobre conceitos, espaços e elementos de um Brasil em construção.

Cor e Hierarquia Social nos Oitocentos

Fazer referência ao Brasil do início do século XIX, onde a escravidão ainda se fazia presente e que a liberdade, tão almejada pelos negros, era apenas um sonho distante, nos leva a refletirmos sobre os espaços e hierarquias sociais existentes neste período.

Em uma época onde cor era ao mesmo tempo uma característica de distinção e inferiorização para determinados indivíduos, o considerado “negro” no Brasil Imperial,

⁶ Cacilda Machado ao discorrer sobre este tema lembra que “[...]a cor de alguém (e até sua condição jurídica) podia variar de acordo com o observador e o momento. (2008, p. 59).

⁷ O Brasil ao longo dos séculos se caracterizou por também ser um espaço de mestiços. Para Larissa Viana (2007) em sua obra *O idioma da Mestiçagem* “a mestiçagem é um processo com poderosas conotações sociais, pois não se trata apenas de uma “mistura física ou cultural. Trata-se, antes, de um movimento hierárquico perpassado por relações de poder capazes de influenciar as relações cotidianas de indivíduos que viveram em sociedades escravistas nas quais esse movimento hierárquico ganhou alguma expressão em esferas da vida social”. (VIANA, 2007, p. 42)

⁸ Considerando que a concepção de identidade nacional é fruto de uma criação moderna, partimos de Benedict Anderson (2008) quando usamos o termo identidade por considerar o mesmo como um discurso construído, imaginado.

⁹ Criada durante o período de transferência da Corte portuguesa para o Brasil, a Academia Real Militar foi fundada pelo Príncipe Regente através da Carta Régia de 4 de dezembro de 1810. Segundo Carvalho (1996, p.65) “A educação militar no Império foi a que melhor continuou o espírito da reforma pombalina. Na tradição do Colégio dos Nobres, a Real Academia Militar salientava tanto a formação profissional como a formação técnica”.

encontrou espaço nessa sociedade como importante fonte de mão de obra, mas não se limitou a esta situação. Mesmo que em grande parte estes estivessem na condição de escravos, o “negro”, em alguns casos, conseguiu se inserir de outras formas na sociedade, uma vez que o sistema escravista permitia algumas brechas que possibilitavam que o escravo conquistasse a sua alforria, dentre elas a inserção na condição de soldado, junto às tropas do exército¹⁰.

Mas entre o “ser visto” como negro ou como branco, o imaginário do período Colonial e Imperial apresentou outra construção: o mulato.

O “ser mulato” no Brasil Colonial e Imperial significava estar localizado em uma categoria melhor situada que os escravos e os negros libertos do mesmo período, pois segundo José Barros:

Ser mulato, no imaginário do escravismo colonial, desenhava-se para as elites coloniais e imperiais como uma diferença – ainda que uma diferença que, permitindo maior flexibilidade ao seu portador do que a tinha o indivíduo considerado “negro” – favorecia a que os mestiços circulassem com maior desenvoltura no eixo das desigualdades sociais podendo aspirar a uma cidadania plena. O mulato, ousaremos dizer, introduz aqui uma nova contribuição a dialética entre a diferença e a desigualdade. (2009, p. 93).

Evidencia-se assim, que no Brasil Imperial foi se moldando uma sociedade baseada nas representações, onde espaços foram sendo criados, e uma construção social sendo estabelecida.

O considerado mulato, ao encontrar um espaço de maior mobilidade social que o negro, conseguiu em alguns casos, transitar e ascender socialmente neste período, diferentemente do que acontecia nos Estados Unidos por exemplo, onde o indivíduo que tinha ascendência não branca, mesmo que esta fosse imperceptível, não era considerado branco¹¹.

Buscando evidenciar a presença de homens de cor em outras frentes de atuação que não fossem como escravos, precisamos mesmo que brevemente, apontarmos algumas considerações sobre como a questão da cor se apresentou e ainda se apresenta como representação de um tempo e da construção social que ela envolve.

¹⁰ Vale lembrar que o número de alforrias no século XIX diminui consideravelmente em relação ao século XVIII, em razão da alta dos preços dos escravos. Para este tema sugere-se o trabalho de GRINBERG, Keila. Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil Imperial. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (org). **Repensando o Brasil do Oitocentos: Cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 417-435.

¹¹ Em relação a este tema ver Oracy Nogueira (1985) e a sua obra *Tanto preto quanto branco: estudos de relações sociais*, onde o autor traz alguns estudos desenvolvidos em meados do século XX sobre os diferentes tipos de preconceitos existentes, relacionando Brasil e Estados Unidos. O autor irá diferenciar os países não apenas na intensidade do preconceito, mas na própria natureza do mesmo, classificando os como “de marca” e “de origem”, respectivamente.

Uma questão que vem ao encontro do que discorreremos neste texto é a relação cor – lugar social, que influenciou o pensamento da época e fundamentou muitas das hierarquias sociais existentes.

Hebe Mattos (1998) em seu trabalho intitulado *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX*, ao fazer reflexões sobre questão do significado da “cor” para um indivíduo no século XIX, evidencia que:

A noção de cor, herdada do período colonial, não designava, preferencialmente, matizes de pigmentação ou níveis diferentes de mestiçagem, mas buscava definir lugares sociais, nos quais etnia e condição estavam indissocialmente ligadas (MATTOS, 1998, p.98).

Considerando a sociedade do Brasil do XIX como sendo “[...] estruturalmente desigual e baseada na propriedade de homens, mas passível de ser compreendida e capaz de fornecer referenciais à ação de todos aqueles que a formavam e transformavam” (MATTOS, 1998: 35), para a autora era evidente o peso das relações pessoais nesta sociedade onde “[...] estabelecer laços era essencial para obtenção de um lugar, por mais obscuro que fosse, no mundo dos livres” (MATTOS, 1998, p. 52).

Outro autor a abordar essa questão é Andreas Hofbauer (2003). Em seu trabalho intitulado *Bases ideológicas do racismo brasileiro*, chamará atenção ao analisar cor/raça como “construções ideológicas” nos seus contextos econômicos, históricos e sociais específicos.

Entendendo a escravidão e o branqueamento como fenômenos que se completavam, Hofbauer (2003) lembra que referências à cor puderam servir como argumentos para uma possível inclusão e/ou exclusão social¹², ao destacar que:

Categorias como “branco”, “negro”, “mestiço”, “mulato” etc. eram usadas não apenas para descrever de forma “objetiva” a pigmentação da pele ou o fenótipo de um determinado indivíduo. A “percepção da cor “ou do fenótipo” orientava-se também pelas relações de poder (status, dinheiro) bem como pelos contextos sociais específicos (HOFBAUER, 2003, p. 76).

Importante ainda lembrar que os termos pardo e mulato se apresentaram durante o século XIX algumas vezes com sentidos semelhantes, outras vezes com sentidos bastante distintos.

¹² Outro estudo que deve ser destacado é o de Cacilda Machado (2008) que ao expor alguns dados e considerações acerca da relação entre cor e hierarquia social no Brasil escravista a partir do caso paranaense na passagem do século XVIII para o XIX, lembra que a questão da cor poderia, além de estar vinculada à condição de livre ou escravo, também estar relacionada ao momento e ao seu observador. Como exemplo, Machado (2008, p. 61) se refere à designação da cor nos censos paulistas (as listas nominativas) e aos mapas populacionais, podendo ser diferenciadas as informações de acordo com quem os preenchia, ou de quem fornecias as informações.

Raimundo Pessoa (2007), em seu trabalho sobre os mulatos no Brasil Colonial, evidencia essa frequente incoerência presente entre as referidas terminologias. Para esse autor, os termos pardo e mulato, usados algumas vezes para descrever o mesmo tipo humano, no âmbito social apresentam diferenças. Dessa forma, a denominação “pardo” seria usada principalmente no que poderia ser considerado como documentação oficial ou formal. Essa escolha de terminologia se justificaria pelo fato de que os filhos de negros com brancos, que se comportassem dignamente, eram vistos como pardos, enquanto que aqueles que tivessem atitudes reprováveis receberiam a denominação de mulato.¹³

Em uma época na qual o “branco” estabeleceu a condição de controlador dos principais meios econômicos, usando de todos os benefícios para manter uma relação de superioridade, o mulato precisou procurar meios para lidar com as situações que o subjugavam.

Considerado cidadão, a partir da Constituição de 1824 (com exceção dos escravos), os “ingênuos”, ou seja, aqueles que não tivessem nascido escravos, ou fossem descendentes de escravos libertos, se renda tivessem, “[...] poderiam exercer plenamente todos os direitos políticos da jovem monarquia” (MATTOS, 2009, p. 358)¹⁴. Desta forma, teoricamente, os mulatos livres possuidores de condições econômicas, poderiam exercer os mesmos direitos que os indivíduos de cor branca. Na prática, sabe-se que a sociedade do século XIX não facilitou essa inclusão, pois o pensamento e os valores já impregnados nesta sociedade os avaliavam como inferiores.

Compreendendo cor como resultado de um lugar social, Roberto Guedes (2008), em recente trabalho intitulado *Egressos do cativo – trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c.1850)*, ao defender a tese de uma possível mobilidade expressa na cor, apresenta de forma bastante coerente a relação da alteração das cores com a escravidão. Para este autor, “[...] hierarquia e a posição social manifestas na cor eram fluídas e dependiam de circunstâncias sociais, sendo reatualizadas, negociadas” (GUEDES, 2008, p. 102).

Desta forma, o mulato encontrou nesse período um pequeno espaço de movimentação, onde a condição socioeconômica na qual se encontrava e os laços de amizades que construía poderiam ser levados, algumas vezes, mais em consideração do que sua “cor”, visto que “[...]”

¹³ Para Hebe Mattos (1998, p. 30) “A designação de “pardo” era usada, antes, como forma de registrar uma diferenciação social, variável conforme o caso, na condição mais geral de não-branco. Assim, todo escravo descendente de homem livre (branco) tornava-se pardo, bem como todo homem nascido livre, que trouxesse a marca de sua ascendência africana – fosse mestiço ou não”.

¹⁴ Importante frisar que, “[...] pela Constituição imperial, quem não tivesse “nascido ingênuo”, tendo, portanto, nascido escravo e, depois, obtido a alforria, não se poderia qualificar como eleitor, mesmo se tivesse renda suficiente para tanto” (MATTOS, 2009, p. 376).

as relações pessoais podiam definir sua cor/condição social, que, de modo algum era fixa, mas variável de acordo com as circunstâncias sociais” (GUEDES, 2008, p. 100),

Mas quais eram esses espaços de movimentação? Como conquistá-los? Como se inserir em meios que pudessem de alguma forma transformar a condição social de indivíduos que viviam a sombra da marginalização? As respostas para esses questionamentos poderiam ser as mais variadas e ao mesmo tempo mais inconclusivas possíveis, uma vez que não existia uma forma, método ou “receita” a ser seguido para uma trajetória de sucesso e de frequentes ascensões. Porém existiam instituições, características, elementos, que associados a conhecimento, dinheiro, preparo e um círculo de amizades influentes colaboravam e facilitavam os caminhos a serem trilhados por estes mulatos.

Richard Graham (1997) ao fazer referência a sociedade do XIX lembra que “Uma hierarquia social nítida não impedia a possibilidade de mobilidade social mas, pelo contrário, dela retirava sua força. O fato de alguns subirem ou descerem um ou dois degraus tanto legitimava a escala de estratificação quanto tornava mais necessário insistir na sua existência” (GRAHAM, 1997, p. 52)

Assim, levando em conta essas considerações, nos direcionamos para uma das formas de acesso encontradas por alguns mulatos no período: o ingresso na carreira militar.

Entre brancos, pardos e mulatos: A carreira Militar e as suas possibilidades

Das leituras e abordagens que podem ser feitas referentes ao período do Brasil Imperial, a um consenso da historiografia no que se refere ao controle dos interesses políticos e econômicos por parte de uma minoria, que integrava a elite¹⁵ do período, cujas preocupações e posições muito pouco beneficiavam os apontados como “homens de cor”. A sociedade que então se organizava, perpetuava um discurso no qual negros e mulatos eram inferiorizados e condenados a ocuparem lugares determinados: o de escravos¹⁶.

Observações como estas, feitas sobre o Brasil do século XIX se tornaram bastante presentes em um contexto no qual hierarquias eram reafirmadas e “diferenças” estabelecidas, alimentando aspectos como a exclusão e a desigualdade social.

Os indivíduos que não eram considerados brancos, mesmo que fossem livres, poderiam ainda carregar a “marca” do que os seus antecessores vivenciaram. Embora muitos quisessem frequentemente esquecer, por saberem que essa vinculação poderia ser um impasse

¹⁵ Utiliza-se de Flávio Heinz ao se referir à elite, uma vez que, para este, trata-se “[...] de um termo empregado em um sentido amplo e descritivo, que faz referências a categorias ou grupos que parecem ocupar o ‘topo’ de estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos” (HEINZ, 2006, p. 07).

¹⁶ Como afirma Richard Graham (2007, p. 33) o Brasil no século XIX “era um lugar onde a riqueza media-se em grande parte por seres humanos”.

e um forte argumento que os impediria de conquistar novas e melhores condições, não conseguiam. Com a mesma força dos indivíduos que buscavam alterar a situação que os limitavam, outros membros desta sociedade faziam questão de reiterar e aumentar a discriminação existente.

Mas mesmo com poucos espaços, pequenas recepções e uma sociedade influenciada pelos valores da escravidão, alguns meios de circulação e ascensão social foram encontrados por indivíduos mulatos neste período. Fatores como instrução, condição econômica, laços de amizades e proteção estabelecidos possibilitavam a indivíduos que antes encontravam na sua cor uma “barreira” a ser ultrapassada, que esta fosse “silenciada” ou até mesmo “transformada”, se outras “características” se apresentassem mais relevantes.

Uma opção adotada por alguns homens deste período foi o ingresso na carreira militar. José Murilo de Carvalho (1996), em sua obra *A construção da ordem – a elite política imperial*, ao lembrar do papel dos militares, enfatiza a importância da Academia Militar e a colaboração na educação deste período para a formação de uma elite brasileira. Segundo o autor:

As pessoas de menores recursos podiam completar a educação secundária nos seminários ou em escolas públicas. A partir daí a escolha podia ser os seminários maiores, para uma carreira eclesiástica, a Escola Militar, sucessora da Academia de 1810, para uma carreira no exército, a Politécnica ou a Escola de Minas, para uma carreira técnica. Nenhuma dessas escolas cobrava anuidade, a Escola de Minas dava bolsas para alunos pobres e a Escola Militar pegava pequeno soldo aos alunos. Alguns dos mais capazes políticos do Império seguiram esse caminho, salientando-se o caso do visconde do Rio Branco, ex- aluno na Academia Militar (CARVALHO, 1996, p. 65).¹⁷

Lembrando que os alunos da Escola Militar¹⁸ “vinham em geral de famílias militares ou famílias remediadas, quase nunca de famílias ricas” (CARVALHO, 1996, p.65), o autor menciona que, ao final do Império, esta teria se transformado num “[...] centro de oposição intelectual e político ao regime, tanto pelo tipo de estudante que selecionava como pelo conteúdo da educação que transmitia” (CARVALHO, 1996, p. 65).

Sendo o que Adriana Barreto de Souza (1999, p. 38) apontou como um dos “braços do poder central no combate às rebeliões provinciais”, o Exército, que desde a sua criação teve como princípio o fator da unidade nacional, agiu como um facilitador para circulação de seus membros pelas mais diferentes regiões do Império¹⁹.

¹⁷ Carvalho (1996), ao lembrar o Visconde de Rio Branco, faz referência a José Maria da Silva Paranhos, estadista, político e jornalista do período Imperial.

¹⁸ Antiga Academia Real Militar.

¹⁹ Um exemplo é a trajetória de José Marianno de Mattos, carioca e militar, que ao ser enviado para servir na região sul do país, se envolveu nos conflitos políticos do período, integrando a liderança Farrroupilha. Sobre

Tal afirmação vai ao encontro do trabalho de Jonas Vargas (2007) que ao estudar a importância das elites provinciais no processo de construção do Estado Imperial destaca o papel dos militares na região Sul e o seu considerável desempenho junto ao Senado no acesso as pastas ministeriais²⁰. A atuação desse grupo em cargos de extrema importância para o período revela o quão promissora essa carreira poderia ser.

Considerando que o ingresso na carreira militar não seguia um padrão único²¹ e que “o recrutamento militar no Brasil dos séculos XVIII e XIX fez-se acompanhar de uma complexa trama de negociações, resistências e compromissos” (MENDES, 2004, p. 111), é necessário também frisar que havia poucos atrativos para alguém servir nesta instituição se não fosse como oficial, devido à exigência e dificuldades às quais estava suscetível, uma vez que “[...] ser soldado no Brasil Imperial significava estar sujeito a longos anos de disciplina brutal e arbitrária, trabalho pesado, privação e risco de toda sorte” (MENDES, 2010, p. 44). Assim, a diferença na forma de recrutamento pode esclarecer pontos significativos do mecanismo de funcionamento da instituição²².

Formado pelos mais variados grupos sociais e mecanismos de mobilização, o Exército possibilitava algumas formas de ingresso, como a de soldado recrutado ou soldado voluntário, que estaria diretamente relacionado com o destino que determinados indivíduos poderiam ter ao seguir carreira militar.

Segundo José Iran Ribeiro (2009), dentre as diferenças entre as duas formas de ingresso estaria o fato de que os soldados voluntários teriam maiores oportunidades de receber alguma promoção logo que se incorporavam, ascendendo mais alto na hierarquia do que os recrutados, para os quais as chances só aumentariam com o passar do tempo.

Tais afirmações se tornam evidentes se analisarmos, mesmo que brevemente, a trajetória de José Marianno de Mattos junto a esta instituição.

Mulato, carioca e militar, Mattos faz parte dos indivíduos não Rio-Grandenses envolvidos com a causa Farroupilha. Ingressando como soldado na Academia Real Militar (1819), Mattos encontrou nesse espaço, a possibilidade de se inserir em melhores postos. Aumentando o seu conhecimento e adquirindo formação, o tempo em que Mattos serviu as

este assunto ver MARQUES, Letícia (2013). *José Marianno de Mattos: Conquistas e desafios de um mulato carioca na Revolução Farroupilha (1835-1845)*.

²⁰ Vale lembrar que segundo Vargas (2007, p. 256) “o acesso ao mundo da alta política {...} era fruto de uma estratégia familiar e exigia um esforço coletivo por parte de todos os seus membros.”

²¹ Segundo Mendes “O recrutamento se exerce em um mundo de formas de reconhecimento e identificação eminentemente personalizadas. Indivíduos “nas circunstâncias” do recrutamento são seres cuja identidade não se revela por si só, mas em relação a lugares ou parentes.” (MENDES, 2004, p.128)

²² Sobre esse tema, ver: MENDES, Fábio Faria. **Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

forças imperiais possibilitou um importante aprendizado e uma experiência na carreira militar, o que viria a ser um diferencial ao longo de sua trajetória.

Considerando que as promoções poderiam seguir critérios como merecimento, “[...] visto que a lei só manda premiar serviços relevantes, e não por antiguidade ou preterições [...]”²³, evidencia-se que algumas oportunidades poderiam ser usadas para o acesso a melhores cargos neste período. O fato de José Marianno de Mattos ter ingressado como soldado voluntário, vem ao encontro da fala de Ribeiro (2009), onde o personagem em questão desde o início de sua carreira militar, buscou por espaços e oportunidades de crescimento e ascensão social.

Mattos faz parte dos muitos indivíduos que a historiografia por vezes omitiu ou transformou sua cor. O antes soldado voluntário que ao longo dos anos foi sendo promovido, chegou na região sul, em 1830²⁴, como Major²⁵, o que favoreceu para que este conseguisse circular e se inserir aos poucos junto a elite local.

Trilhando uma carreira política junto ao movimento farrapo, uma vez que como aponta Adriana Barreto de Souza (1999, p. 43), “numa sociedade alicerçada sobre valores aristocráticos, os líderes militares tinham lugar cativo na composição grupo da elite política”, Mattos conseguiu dialogar com esses espaços sociais, estabelecer laços pessoais e políticos e ocupar cargos como Deputado da Província, Ministro da Guerra, da Marinha e do Exterior, Vice-Presidente da República Rio-Grandense e Presidente em Substituição a Bento Gonçalves em algumas passagens de período entre 1839 a 1841.²⁶

Mas se integrar o grupo dos líderes farroupilhas, já foi um grande desafio vencido por Mattos, se manter entre eles exigiu a formação de uma rede²⁷ de relações, forte o suficiente para ser acionada nos mais diferentes momentos.

²³ Palácio do Rio de Janeiro em 12 de outubro de 1838 = Sebastião do Rego Barros. Caderno de Correspondências, Assunto: promoções militares, Série: Revoluções internas, Sub série: Guerra dos Farrapos, Arquivo Histórico do Exército na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

²⁴ Importante ressaltar que José Marianno de Mattos esteve em um período anterior a 1830 na Província de São Pedro, nos anos de 1827 a 1829, designado pelo Exército.

²⁵ Rascunho de Fés-de Ofício de José Marianno de Mattos, Arquivo Histórico do Exército na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

²⁶ Observamos ao longo das fontes que o círculo de relações de Mattos ultrapassou as fronteiras da então República Rio-Grandense, onde, ao entrar em contato com a região do Prata, estabeleceu novos e importantes vínculos com figuras políticas da região. Como aponta Marques (2013) Mattos foi designado como Ministro Plenipotenciário, durante o período em que assumiu a Presidência da República, com sede na então Piratini, sendo enviado para estabelecer contato com Rivera e assim estimular uma relação de “amizade” e ajuda mútua.

²⁷ Vale lembrar, segundo Maria Fernanda Martins (2007, p. 407), que “[...] a noção de rede complementa a compreensão do sentido que assume o termo elites, pela consideração de que formam grupos com identidades construídas a partir de suas relações”.

Amigo pessoal de Domingos José de Almeida e Bento Gonçalves da Silva²⁸, Mattos conseguiu estabelecer laços que se manteriam ao longo de todo o período farroupilha, influenciando nos cargos por este ocupado, bem como sua manutenção no grupo da maioria²⁹.

Vale lembrar que o fato de Mattos não ser branco, mas mulato e integrar a liderança do movimento, não significava a inexistência de críticas ou descontentamentos por parte de seus pares³⁰, uma vez que, como lembra Graham (1997, p. 53) “tolerância não significava o fim dos estratos sociais, mas antes demonstrava-os”.

Porém a trajetória de Mattos, não é um caso isolado. Se direcionarmos nossas leituras para correspondências no período do início do XIX, encontramos fontes que relatam a presença de homens de cor preenchendo espaços militares.

Em documento que traz a “*Relação dos Prisioneiros feitos em Santa Roza e em outros Pontos da Província, em diversas datas, e que marcham de Caçapava*”³¹ de 4 de fevereiro de 1844, embora se faça referência a soldados brancos, nas observações também constam os que eram “denominados” como pardos (terminologia que discorreremos no item anterior deste texto). Esta referência também é feita para o 2º Tenente Zifirino Jozé da Silva, cuja cor vem acompanhada da seguinte afirmação: “He pardo e segundo informações seu comportamento ns revolta eh mau, hera oficial encarregado de estaquear os couros”.³²

Como afirma Mendes (2010), na década de 1790 era crescente o número de pardos integrando as fileiras do exército, mas segundo o autor, o Estado Imperial relutou em “permitir a identificação entre seu exército e o mundo dos escravos” (MENDES, 2010, p. 46)³³

Neste período, a prática do uso de escravos libertos ou alforriados nas fileiras dos exércitos também foi uma ferramenta empregada para fortalecer a tropa, e assim evitar possíveis derrotas. O negro e mulato por sua vez, encontraram no exército um meio de “driblar” a situação em que se encontravam, podendo até mesmo vislumbrar uma melhor

²⁸ Mattos e Almeida, desde o início da Farroupilha, sempre foram muito próximos. Almeida esteve envolvido com os assuntos pessoais de Mattos, sendo um “grande” amigo da família. Tais afirmações ficam evidentes em correspondências trocadas por esses indivíduos e analisadas por Marques (2013).

²⁹ A elite do movimento farroupilha apresentou divisões internas no que se refere a interesses políticos e ideológicos, ficando conhecidos então pelo grupo da maioria, representado por nomes como Bento Gonçalves da Silva, Domingos de Almeida, José Marianno de Mattos, e o grupo da minoria, do qual faziam parte Antonio Vicente da Fontoura, Onofre Pires e Canabarro.

³⁰ A trajetória traçada por José Marianno de Mattos na Revolução Farroupilha foi motivo, como evidenciam fontes documentais, de descontentamento por parte de alguns membros do movimento farrapo e de desavenças que este conquistou ao longo dos anos. Apontado por Fontoura (1984, p. 33), como sendo “o monstro dos monstros”, Mattos foi fortemente criticado por este, que utilizava-se nas correspondências da sua condição de mulato, para discriminá-lo e assim diminuir sua força/ideologia política.

³¹ Correspondência dos Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – CV – 7263.

³² Optamos por preservar a grafia original, sem realizar adaptações ortográficas.

³³ Vale lembrar que a organização militar do Império, foi em alguns aspectos uma continuação do período colonial.

condição social. Esta foi uma alternativa bastante usada no Brasil³⁴, durante as lutas de Independência, como no Rio de Janeiro e em Salvador, pois como aponta Mattos:

[...] por mais de uma vez a autoridade monárquica pediria aos senhores de escravos que cedessem alguns cativos crioulos para as tropas brasileiras. [...] Após as lutas, o governo imperial determinaria que fosse assegurada a alforria a esses escravos [mediante indenização aos proprietários], em nome dos serviços prestados à “causa do Brasil”. (2009, p.363-364).

Importante destacar que países vizinhos também adotaram esta medida, como o Uruguai, onde, segundo Borucki, Chagas e Stalla (2009);

La incorporación de morenos a las fuerzas militares antecedia a la Guerra Grande, siendo parte del panorama laboral de los afrodescendientes. En ciertos cuerpos armados los morenos estaban sobrerrepresentados. Un caso extremo lo configuro El Cerro de Montevideo, en donde todos los morenos libres en condición de enrolarse integraban la Guardia Nacional. Asimismo, tales núcleos de relacionamiento probablemente favorecieron la generación de acciones en conjunto [...]. (2009, p. 36)³⁵.

Assim, no Uruguai, o alistamento de negros e mulatos, foi um dos recursos também usados para aumentar e reorganizar a tropa, onde “La incorporación de los morenos libres a los ejércitos en ciertos casos podía estar mediada por su pertenencia político-cultural³⁶” (BORUCKI; CHAGAS; STALLA, 2009, p. 37).

No período em que os Farrroupilhas entraram em confronto com os Imperiais, o uso de negros e mulatos como soldados tanto da Cavalaria, quanto da Infantaria, foi uma prática bastante presente e importante para o desenvolvimento da guerra civil que se estabelecia³⁷.

Spencer Leitman (1985) em seu trabalho *Negros Farrapos: hipocrisia racial no sul do Brasil no século XIX* registra que na batalha de Taquari, segundo Garibaldi “[...]apresentou-se uma floresta de lanceiros, composta de escravos libertados pela República, escolhidos entre os melhores treinadores de cavalos da Província, todos eles negros, até mesmo os oficiais superiores³⁸” (GARIBALDI, 1859, apud LEITMAN, 1985, p. 65-66). Para Leitman (1985), Garibaldi teria se enganado ao referir-se a graduação, uma vez que foram os oficiais brancos

³⁴ Importante frisarmos que o uso de negros e mulatos como soldados foi uma prática bastante utilizada, não apenas no Brasil, mas também nas lutas de independência, como do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata.

³⁵ “A incorporação de negros as forças militares precederam a Grande Guerra, sendo parte das perspectivas de empregos dos afrodescendentes. Em algumas forças armadas os negros estavam desproporcionais. Um caso extremo é fixado no Cerro de Montevideú, onde todos os negros livres em condição de se alistar compunham a Guarda Nacional Além disso, tais núcleos de relacionamento, provavelmente, seriam favoráveis à geração de ações conjuntas. [...]” [Tradução sob responsabilidade da autora].

³⁶ “A incorporação de negros livres nos exércitos em certos casos poderia estar vinculada a sua participação político-cultural”. [Tradução sob responsabilidade da autora].

³⁷ Assunto abordado em Marques (2010) *Entre soldados e ministros: A participação de negros e mulatos na Revolução Farrroupilha (1835-1845)*.

³⁸ Livro citado por Leitman: Giuseppe Garibaldi, **The Life of General Garibaldi Written by Himself**, trans. por Theodore Dwight. New York, 1859, p. 86-7.

que treinaram e comandaram os Lanceiros Negros, ainda que postos mais inferiores fossem ocupados por negros. Mas no mesmo texto, poucas páginas depois, como lembra Marques (2010), o próprio Leitman (1985) ao se referir a Domingos de Almeida, menciona que “o inteligente e ativo mulato havia se tornado um dos principais charqueadores num espaço relativamente curto de tempo” (1985, p.68). Vale lembrar que “inteligente e ativo mulato” ao qual se refere Leitman (1985) foi outro importante líder farroupilha, que assumiu posições de comando e foi responsável por importantes decisões do período³⁹.

Essas contradições existentes tanto na historiografia, como na documentação do período, são frutos de um pensamento e de uma construção social existente na qual os lugares de maior destaque em uma sociedade estavam relacionados à condição de um indivíduo ser considerado branco.

No período Imperial a escravidão acabou produzindo um mercado de substitutos naturais. Segundo Mendes “é difícil mensurar em que extensão, entretanto, as linhas do exército teriam sido preenchidas por escravos alforriados para este fim, pois as estatísticas oficiais não discriminam as condições dos soldados” (MENDES, 2010, p.56). Mas o que ainda precisa ser lembrado é que essa presença não ocorreu apenas entre os soldados, nas guerras Imperiais, mas também em cargos administrativos e de lideranças políticas do período.

Assim destacar neste artigo a instituição Militar, como um espaço que permitiu o ingresso de homens, independentemente de sua cor, não significa afirmar que esta não fosse ao encontro dos valores sociais do período e que não dificultasse algumas vezes possíveis promoções e/ascensões sociais. O que apontamos é que embora essas oportunidades tenham sido pequenas, elas existiram e foram usadas por homens considerados mulatos. Desta forma a carreira militar se apresentou em alguns casos, como uma alternativa, uma “porta de entrada” a grupos e espaços que, embora antes almejados, pareciam distantes de homens não “vistos” como brancos.

Considerações Finais

O Brasil, nos seus mais distintos períodos, foi envolvido por processos culturais e construções sociais que nortearam a organização das sociedades e do pensamento vigente. Direcionando nossa atenção para alguns desses aspectos e para as relações de poder que se estabeleceram no período Imperial, buscamos dialogar não apenas com o período posterior a

³⁹ Sobre o Casal Domingos José de Almeida e Bernardina Barcellos, ver: MENEGAT, Carla. **O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos** (Rio Grande de São Pedro, Século XIX).

independência, mas com as continuidades vindas desde a Colônia e que refletiram nas atitudes e posicionamentos ao longo dos séculos.

A escolha dos mulatos como objeto central deste estudo, partiu do interesse em contemplar, mesmo que brevemente, os espaços e possibilidades de ascensão existentes no Brasil do século XIX. Assim destacar o papel que a Academia Militar desempenhou como uma instituição de ingresso e também de oportunidade para esses indivíduos colabora ao proporcionar uma melhor compreensão de como se organizou e se hierarquizou essa sociedade.

Em meio a uma elite política e econômica detentora dos principais espaços de poder e de influência para o período, a carreira militar conseguiu em determinados casos, inserir alguns indivíduos em melhores posições sociais.

De soldado a líder político, casos como destacados ao longo deste artigo, são apenas estímulos a pensar a complexidade, mas também a fluidez das relações que eram estabelecidas na época. A promoção social, a desvinculação de um passado escravista e a oportunidade de construir uma trajetória que afastasse da relação entre cor e inferioridade, permearam o pensamento de alguns “homens de cor” desta época.

Embora no período Imperial a cor fosse um dos critérios para a formação de uma identidade, não era o único. Questões como condição econômica e lugar social estavam intimamente relacionados com a “concepção” de cor de um indivíduo. Desta forma, a Academia Militar ao possibilitar que homens pobres e considerados de “cor” iniciassem uma carreira nesta instituição evidencia alternativas para o período, que puderam ser utilizadas por alguns personagens.

O sistema de organização e hierarquização militar é muito mais complexo do que apresentamos ao longo destas páginas. “Desvendar” o universo dessa instituição é algo que está muito além do objetivo deste texto, mas trazê-lo em partes, para pensarmos a sociedade, os homens e as transformações sociais que permearam todo esse contexto nos faz ultrapassar recortes temporais e compreendermos elementos importantes de um Brasil em construção.

Assim, ciente do papel do historiador e das influências ao longo dos séculos dos modelos políticos e suas adaptações, este artigo que é resultado de reflexões e de pesquisa que esta sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da PUC-RS buscou colaborar com algumas considerações na produção já existente em torno do Brasil no início do século XIX. Deste modo, transitando sobre sociedades e instituições, cores e hierarquias evidenciamos o quanto ainda é necessário estudarmos estas questões e quantos

personagens ainda guardam em sua história páginas importantes de uma sociedade em constante transformação.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARROS, José D' Assunção. **A Construção Social da Cor**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BORUCKI, Alex; CHAGAS, Carla; STALLA, Natália. **Esclavitud e trabajo**: un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya (1835-1855). Pulmón Ediciones, 2009.

CARVALHO, José Murilo. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

FONTOURA, Antônio Vicente da. **Diário**: de 1º de janeiro de 1844 a 22 de março de 1845. Porto Alegre: Sulina/Martins, Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

GRAHAM, Richard. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

GRINBERG, Keila. Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil Imperial. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (org).

Repensando o Brasil do Oitocentos: Cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 417-435.

GUEDES, Roberto. De ex escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alafres Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, Século XIX). In: FRAGOSO, João Luis Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho; SAMPAIO, Antonio Carlos Juca de. **Conquistadores e negociantes**: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Egressos do cativo**: trabalho, família, aliança e mobilidade social: (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

HEINZ, Flavio M. Introdução. In: _____. **Por outra história das elites**. Ensaios de prosopografia e política. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HOFBAUER, Andreas. **Conceito de “raça” e ideário do “branqueamento” no século XIX** – bases ideológicas do racismo brasileiro. Teoria e Pesquisa, São Carlos, v. 42-43, p. 63-110, jan./jul. 2003.

LEITMAN, Spencer. **Negros Farrapos**: Hipocrisia racial no sul do Brasil no século XIX. In: DACANAL, José Hildebrando (org.) e outros. **A Revolução Farroupilha: História e Interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 61-78.

MACHADO, Cacilda. Cor e hierarquia social no Brasil escravista: o caso do Paraná, passagem do século XVIII para o XIX. **Revista Topoi**. Vol. 9, n. 17, jul. – dez. 2008, p. 45-

66. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi17/topoi_17_-_artigo4_-_cor_e_hierarquia_soc.pdf

MARQUES, Letícia Rosa. **Entre soldados e ministros:** A participação de negros e mulatos na Revolução Farroupilha (1835-1845). 2010. 65f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

_____. **José Marianno de Mattos:** Conquistas e desafios de um mulato carioca na Revolução Farroupilha 1835-1845. 117f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MARTINS, Maria Fernanda. Os tempos da mudança: elites poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX. In: FRAGOSO, João Luis Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho; SAMPAIO, Antonio Carlos Juca de. **Conquistadores e negociantes:** Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MATTOS, Hebe Maria. **Das Cores do Silêncio:** Os significados da Liberdade no Sudeste Escravista – Brasil, séx XIX. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. **Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico.** 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004

_____. Racialização e cidadania no Império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (org). **Repensando o Brasil do Oitocentos:** Cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p 351-391.

MENDES, Fábio Faria. **Recrutamento Militar e Construção do Estado no Brasil Imperial.** Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

MENEGAT, Carla. **O tramado, a pena e as tropas:** família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, Século XIX). 2009. 205 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco:** estudos de relações sociais. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

PESSOA, Raimundo Agnelo Soares. **Gente sem sorte:** os mulatos no Brasil Colonial. 2007. 232 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca, 2007

RIBEIRO, José Iran. Nem oficiais, nem soldados: perfis dos soldados de patentes intermediárias do Exército Imperial Brasileiro, durante a Guerra dos Farrapos. In: **Locus:** revista de história. Vol. 15, nº 2. Juiz de Fora, 2009. p. 99-110. Disponível em: <http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/locus/article/viewFile/922/792>

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Escravos e libertos no Brasil Colonial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOUZA, Adriana Barreto de. **O Exército na consolidação do Império:** Um estudo histórico sobre política militar conservadora. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial:** 1500-1808. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VARGAS, Jonas M. **Entre a paróquia e a Corte:** Uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889). 2007. 276 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007.

VIANA, Larissa. **O idioma da mestiçagem:** As irmandades de pardos na América Portuguesa. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RECIBIDO EL 14 DE NOVIEMBRE DE 2013 –
APROBADO EL 14 DE DICIEMBRE 2013